

Videolar-  
Innova S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações de resultado</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>20</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>21</b>



Barueri, 29 de janeiro de 2021

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

A administração da Videolar-Innova S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à sua apreciação o **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis do Exercício de 2020**, com suas notas explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, que contemplam os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aplicáveis às suas operações.

## **INNOVA: AGENDA SUSTENTÁVEL EM AÇÃO, INVESTIMENTOS INTENSIVOS EM TECNOLOGIA E TALENTOS**

Um novo marco no histórico de reinvenções da Companhia e na sua agenda prática de sustentabilidade aconteceu em 2020, com as obras da Central de Geração de Vapor e Energia, erguida na planta petroquímica em Triunfo (RS). O projeto de R\$ 220 milhões tem 30.000 kW de potência instalada e vai tornar nossa Unidade II autoproductora e autossuficiente na cogeração de energia elétrica e vapor, a partir de fonte 100% renovável: a biomassa, em substituição às fontes energéticas de origem fóssil.

A Innova já havia modificado parte de sua matriz energética para o gás natural em 2019 e passa a utilizar a madeira de acácia, pinus, eucalipto, resíduos vegetais, cascas de arroz e sobras de serrarias na forma de cavacos.

O projeto, com início de operação em março de 2021, inaugura também um círculo virtuoso para produtores gaúchos da cadeia florestal num raio de 200 quilômetros da nova planta.

A Central de Geração de Vapor e Energia compreende três caldeiras e dois geradores, com capacidade para processar 486.000 toneladas/ano de biomassa, gerando 1.445.000 toneladas/ano de vapor e 263.000 MWh/ano de energia elétrica.

Abre-se também nova janela de oportunidade com a possibilidade de comercialização de excedentes de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL), bem como de vapor, caso as condições de mercado sejam atrativas.

## PANDEMIA DA COVID-19: MOBILIZAÇÕES

A Innova se reuniu com seus clientes fabricantes de itens descartáveis para produzir e distribuir gratuitamente à hospitais de norte a sul do país 25 milhões de unidades em pratos, talheres e copos descartáveis utilizando nossa resina poliestireno (PS). A ação recebeu o nome Descartáveis Para a Saúde.

# Descartáveis para a Saúde



Na área de transformados plásticos, a Companhia doou 1.500.000 tampas plásticas para garrafas PET de água mineral e álcool gel em ações conjuntas com as principais empresas da indústria de bebidas.

A Innova adquiriu também 140 circuitos respiradores universais para doação à Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas. Os artefatos, em elastômero e silicone, atuam como traqueias acopladas aos respiradores de pacientes ventilados mecanicamente.

Todas essas ações foram desempenhadas no auge das restrições e com operação das fábricas em segurança e preservando a integridade física de nossos colaboradores. O protagonismo assumido pelas resinas termoplásticas e transformados plásticos ao longo da pandemia da Covid-19 teve pela Innova atuação vigorosa.

## NOSSOS PRODUTOS E SUAS APLICAÇÕES

Estamos no centro da cadeia produtiva na atividade petroquímica, como fabricantes de produtos estirênicos, e como transformadores de resinas termoplásticas. Nossos produtos, denominados pela marca de fantasia Innova, são matérias-primas essenciais para aplicações com peso fundamental na economia: do asfalto às tintas, embalagens de alimentos e descartáveis, dos pneus às indústrias de refrigeração e automotiva, dos materiais escolares às indústrias da construção civil, farmacêutica e de brinquedos, dentre outras.

# Nossos produtos e suas aplicações

## Resinas termoplásticas

### Poliestireno alto impacto (HIPS)

### Poliestireno expansível (EPS)

### ECO-PS®

### Polipropileno biorientado (BOPP)

### Filmes plásticos

### Monômeros

### Tampas plásticas

### Laminados plásticos em bobinas

### Polipropileno (PP)

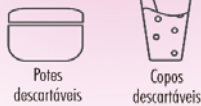
### Poliestireno (PS)

### Monômero de estireno (SM)

Tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes



### Poliestireno de uso geral (GPPS)



## **PETROQUÍMICA DE PONTA**

No segmento petroquímico, fabricamos a resina poliestireno (PS). Erguemos em Manaus (AM) a primeira petroquímica da Região Norte, fabricando os poliestirenos de uso geral (GPPS) e alto impacto (HIPS). No sul do país, nossa petroquímica integrada em Triunfo (RS) fabrica o monômero de estireno (SM), os poliestirenos de uso geral (GPPS) e alto impacto (HIPS) e expansível (EPS).

Triunfo (RS) também sedia o Centro de Tecnologia em Estirênicos, referência internacional na produção de patentes para o segmento, dotada de tecnologia e profissionais especializados para reproduzir as exatas necessidades dos clientes e desenvolver aplicações da resina capazes de atender suas necessidades renovadas.

Na petroquímica de Manaus, iniciamos com pioneirismo a produção do ECO-PS®, resina com até 30% de material pós-consumo em sua composição. A coleta seletiva para o propósito é realizada em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), laureada pela UNESCO com o Prêmio em Educação Para o Desenvolvimento Sustentável. Em ação, uma frente socioambiental importante na região amazônica, tanto pela geração de renda quanto na despoluição da área urbana de Manaus.

## **TRANSFORMAÇÃO DE RESINAS PLÁSTICAS**

Na área de transformação das resinas termoplásticas, fabricamos os filmes de polipropileno biorientado (BOPP) com até cinco camadas, os laminados em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP) e as tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes. Todas as linhas de produção da área de transformação de resinas estão na nossa Unidade I, em Manaus (AM), fábrica dotada de tecnologia no estado da arte, com mais de R\$ 600 milhões investidos.

A gama das aplicações dos filmes plásticos de BOPP impressiona e é visível nos corredores dos supermercados: ele está por toda parte, onipresente nas embalagens flexíveis, 100% recicláveis e com barreira eficaz contra o oxigênio. Além da proteção, os filmes plásticos de BOPP são capazes de entregar o melhor resultado visual, em dia com recursos gráficos cada vez mais arrojados.

Eles preservam o frescor e as propriedades de alimentos como chocolates, biscoitos, salgadinhos aperitivos, barras de cereais, picolés e inúmeros outros. O BOPP está também nas fitas adesivas, rótulos de garrafas e num universo de outras aplicações.

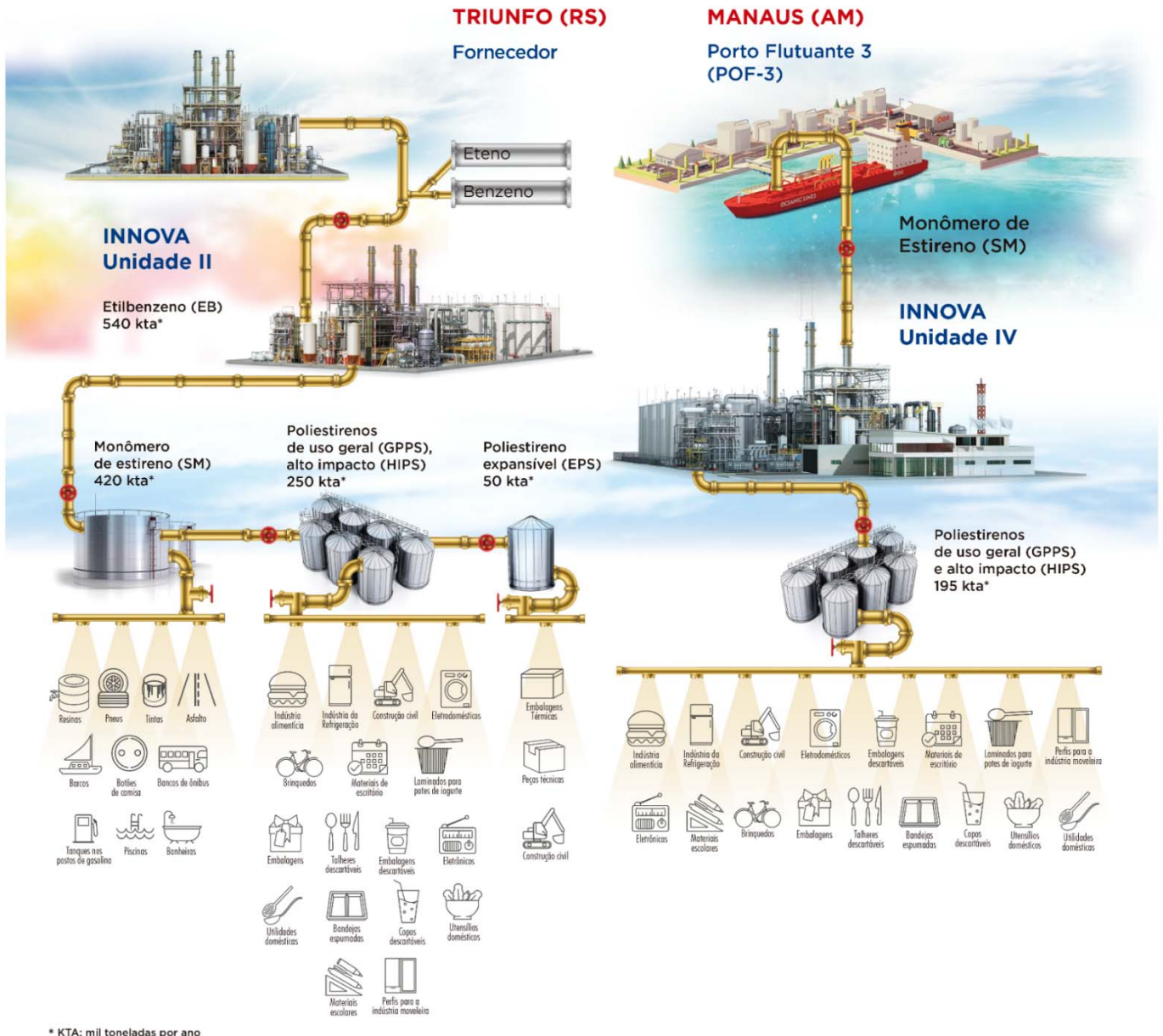
A fabricação de tampas plásticas para águas minerais, sucos e refrigerantes, com capacidade de mais de 300 milhões de unidades/mês, atende às marcas mais prestigiosas do mercado brasileiro e conquistou a rigorosa certificação FSSC 22000 na gestão de riscos voltados à segurança dos alimentos.

Todas as plantas industriais da Innova estão devidamente certificadas de acordo com as normas ISO 9001 e 14000.

# LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

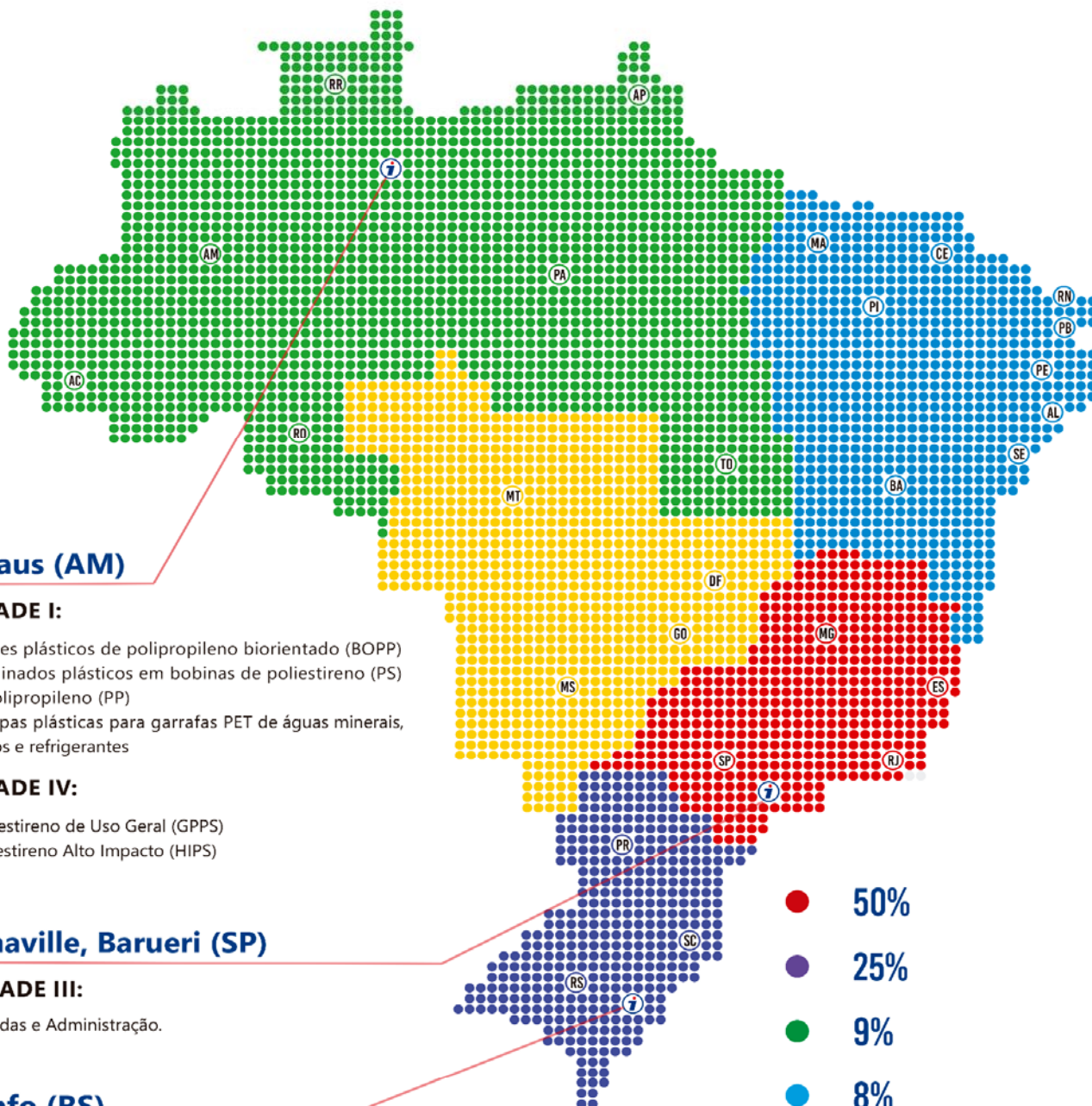
A localização das plantas fabris em Manaus (AM) e Triunfo (RS), assegura cobertura nacional e regional, de ponta a ponta, por todo o Brasil.

## CADEIA PRODUTIVA E INTEGRADA DE ESTIRÊNICOS



# ATUAÇÃO NACIONAL, COBERTURA REGIONAL ESTRATÉGICA

## VOLUME PERCENTUAL DE DESTINAÇÃO DAS VENDAS POR REGIÃO



### Manaus (AM)

#### UNIDADE I:

- Filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP)
- Laminados plásticos em bobinas de poliestireno (PS) e polipropileno (PP)
- Tampas plásticas para garrafas PET de águas minerais, sucos e refrigerantes

#### UNIDADE IV:

- Poliestireno de Uso Geral (GPPS)
- Poliestireno Alto Impacto (HIPS)

### Alphaville, Barueri (SP)

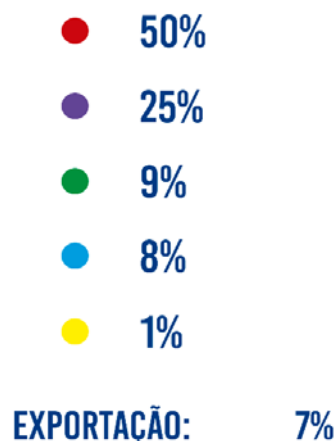
#### UNIDADE III:

- Vendas e Administração.

### Triunfo (RS)

#### UNIDADE II:

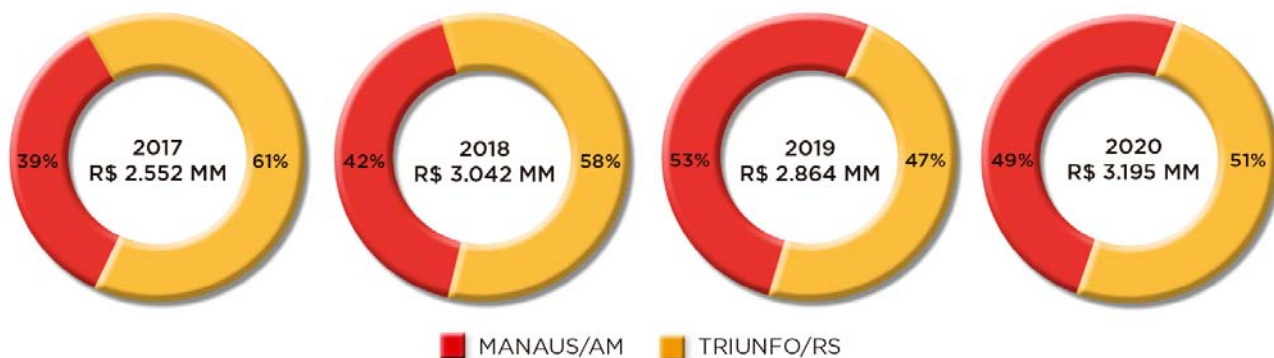
- Etilbenzeno (EB)
- Monômero de estireno (SM)
- Poliestireno de Uso Geral (GPPS)
- Poliestireno Alto Impacto (HIPS)
- Poliestireno Expansível (EPS)
- Centro de Tecnologia em Estirênicos (CTE): referência internacional na produção de patentes do segmento, dotado de infraestrutura para reproduzir os mesmos processos industriais utilizados pelos clientes nos seus mais diversos processos produtivos, viabilizando customizações das resinas para cada aplicação específica.



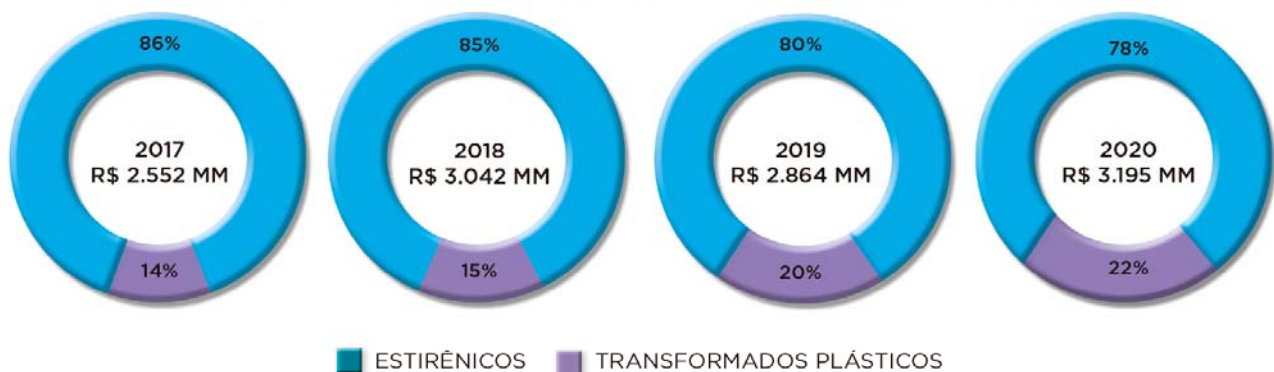


## DESEMPENHO COMERCIAL:

### FATURAMENTO BRUTO POR ORIGEM GEOGRÁFICA



### FATURAMENTO BRUTO POR SEGMENTO



## VIDEOLAR-INNOVA S/A

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (EM MILHARES DE R\$)

	2020	2019
<b>ATIVO TOTAL</b>	3.507.268	3.044.177
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	2.196.589	1.872.184
<b>ENDIVIDAMENTO</b> (DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA)	1,02x	1,85x
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	3.195.128	2.864.053
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	2.816.744	2.506.253
<b>LUCRO BRUTO</b>	640.835	365.916
<b>EBITDA</b> (LAJIDA)	671.337	315.811
<b>Margem EBITDA (%)</b>	23,83%	12,60%
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	(249.080)	(46.388)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	244.588	118.967
<b>INVESTIMENTOS REALIZADOS (CAPEX)</b>	154.015	302.864

## **PENSAMENTO CORPORATIVO:**

### **MISSÃO:**

Liderar em nossos negócios, oferecendo confiança e laços fortes aos clientes e colaboradores, postura sustentável ao meio-ambiente e desejado retorno aos acionistas.

### **VISÃO:**

Saber ouvir, desenvolver e entregar: há sempre uma necessidade clara.  
Uma Companhia líder apresenta soluções.

### **VALORES:**

Conduta comprometida e ílibada;  
Capacidade de adaptação;  
Foco total nas demandas do cliente.

## **GOVERNANÇA & ORGANIZAÇÃO**

A Innova busca de forma incessante o aperfeiçoamento das suas práticas de governança corporativa. Está no cerne de nossa filosofia empresarial atuar como exemplo de boas práticas e transparência perante os colaboradores, acionistas, clientes e comunidade. A Companhia mantém uma área de *Compliance*, sob gestão da Diretoria Jurídica, que oferece aos colaboradores e *stakeholders* em geral um canal de denúncias cuja gestão é terceirizada, objetivando gerar ciência de fatos e situações que devam ser conhecidas e sobre as quais a Innova deva empreender alguma ação.

A estrutura de governança da Innova conta com uma área de Auditoria Interna, incumbida de monitorar essas boas práticas da Companhia e avaliar os sistemas de controles internos.

O Manual do Colaborador da Innova, disponibilizado à integralidade dos funcionários, objetiva ser referência para a conduta pessoal e profissional, tomando como base os valores e princípios que sustentam nossa Missão, Visão e Valores.

No ano de 2020, a Companhia abriu também uma página essencial na sua comunicação de resultados com a publicação do Relatório de Sustentabilidade, retrato em profundidade das iniciativas e pensamento estratégico nessa seara.

### **Ética na prática**

Desde sempre e contemplando também o ensejo, em 2014, da edição da Lei Anticorrupção no Brasil, a Companhia desenvolve iniciativas internas que dão aos seus colaboradores amplo conhecimento do referido diploma legal, disseminando a orientação necessária para o melhor entendimento prático e adesão ao espírito que moveu a edição da referida lei.

Mesmo tendo capital fechado, a Innova desde 2005 conta com empresa de auditoria externa, integrante do grupo conhecido como *Big Four*, para análise dos seus resultados.

A estrutura organizacional da Innova está desenhada para integrar os processos críticos na gestão da Companhia:

O Conselho de Administração é o órgão de orientação e direção superior da Companhia. Cabe a ele fixar a orientação geral dos negócios e definir missão, objetivos, estratégias e diretrizes.

A Diretoria Executiva funciona como órgão colegiado e exerce a gestão dos negócios de acordo com a missão, os objetivos, estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.



## **PERSPECTIVAS PARA 2021**

Os produtos estirênicos e transformados plásticos tiveram notório e comprovado papel no combate ao coronavírus. O atendimento pleno à demanda, tanto no auge das restrições quanto na retomada subsequente, foi assegurado pela capacidade produtiva, fruto dos investimentos intensivos previamente realizados, como a duplicação da capacidade produtiva do monômero de estireno (SM) às 420 mil toneladas/ano, a implantação da nova linha de fabricação dos filmes plásticos de polipropileno biorientado (BOPP) e de tampas plásticas. Todas as plantas industriais foram alvos de investimentos.

Iniciaremos até março a operação da Central de Geração de Vapor e Energia, consolidando nossa guinada rumo à utilização de energia limpa.

A partir de 2021 a Innova passa a ser auditada para certificação pelo programa Atuação Responsável®, iniciativa essencial da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) em conjunto com indústrias químicas de todo o mundo para colocar em prática e demonstrar o comprometimento voluntário com a melhoria contínua de desempenho em saúde, segurança e meio ambiente. Na prática, isso significa que a Innova passa a integrar um grupo seletivo de 10 entre 300 empresas do setor a obter a certificação da Atuação Responsável®.



## **Atuação Responsável®**

### Compromisso com a sustentabilidade

Sustentabilidade como visão de mundo e prática concreta: essa é a forma pela qual a Innova cria valor para os clientes, acionistas, colaboradores e sobretudo para toda a sociedade, com notório impacto socioeconômico nas regiões onde atua, aumentando a competitividade em toda a cadeia produtiva da petroquímica e dos transformados plásticos, sem perder o foco na disciplina financeira.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos acionistas, pela confiança e incentivo. Aos clientes pela sua preferência. Aos fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e parceria. E aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, fundamentais para o nosso papel de liderança.



KPMG Auditores Independentes

Av. Dionysia Alves Barreto, 500 - 10º andar - Cj. 1001 - Centro

06086-050 - Osasco/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 2856-5300

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da Videolar Innova S.A.**

Manaus – AM

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar-Innova S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar-Innova S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 29 de Janeiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-028567/F

  
Juliana Leonam de Araujo Braga  
Contadora CRC 1SP-251062/O-5

## Videolar-Innova S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	65.088	23.481	Empréstimos e financiamentos	17	714.051	458.204
Contas a receber	9	714.029	390.350	Fornecedores	18	492.025	447.734
Instrumentos financeiros	28	5.078	1.102	Obrigações com pessoal e encargos sociais		37.716	17.498
Estoques	10	261.551	281.197	Obrigações fiscais		17.318	7.556
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	26.c	1.347	-	Adiantamento de clientes		2.700	656
Impostos a recuperar	11	117.893	41.629	Outras obrigações		<u>32.410</u>	<u>69.165</u>
Outras contas a receber	12	1.869	2.366			<u>1.296.220</u>	<u>1.000.813</u>
Adiantamento a fornecedores		1.279	195				
Despesas antecipadas		<u>1.750</u>	<u>4.965</u>				
		<u>1.169.884</u>	<u>745.285</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Empréstimos e financiamentos	17	-	150.901
Imposto de renda e contribuição social diferido	26.a	74.578	114.274	Provisão para contingências	19	14.459	17.483
Contas a receber	9	4.621	6.576	Outras obrigações		<u>-</u>	<u>2.796</u>
Impostos a recuperar	11	103.015	62.060			<u>14.459</u>	<u>171.180</u>
Depósitos judiciais	19	<u>10.929</u>	<u>14.544</u>	<b>Patrimônio líquido</b>			
		<u>193.143</u>	<u>197.454</u>	Capital social	20.a	1.373.666	686.832
Participação em empresas coligadas	13	3.550	-	Reserva de ágio na alienação de ações próprias	20.h	1	-
Propriedade para investimento	14	268.299	258.974	Ações em tesouraria	20.g	-	(79.732)
Imobilizado	15	1.617.203	1.584.622	Reserva incentivos fiscais	20.e	586.062	1.107.792
Intangível	16	<u>255.189</u>	<u>257.842</u>	Reserva legal	20.c	58.370	46.141
		<u>2.144.241</u>	<u>2.101.438</u>	Retenção de lucros	20.f	68.683	1.183
				Ajuste de avaliação patrimonial	20.b	<u>109.807</u>	<u>109.968</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>		<u>2.196.589</u>	<u>1.872.184</u>
		<u>3.507.268</u>	<u>3.044.177</u>			<u>3.507.268</u>	<u>3.044.177</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Videolar-Innova S.A.

## Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	21	<u>2.816.744</u>	<u>2.506.253</u>
Custo dos produtos vendidos	22	<u>(2.175.909)</u>	<u>(2.140.337)</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<u><b>640.835</b></u>	<u><b>365.916</b></u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas administrativas e vendas	23	(189.932)	(184.525)
Resultado de equivalência patrimonial	13	3.550	-
Realização de mais valia		(8.433)	(10.916)
Outras receitas operacionais	24	<u>91.772</u>	<u>38.236</u>
		<u>(103.043)</u>	<u>(157.205)</u>
Receitas financeiras	25	103.591	25.575
Despesas financeiras	25	(79.427)	(53.009)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	25	<u>(273.244)</u>	<u>(18.954)</u>
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>		<u>(249.080)</u>	<u>(46.388)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u><b>288.712</b></u>	<u><b>162.323</b></u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	26.b	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.b	<u>(44.124)</u>	<u>(43.356)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u><b>244.588</b></u></u>	<u><u><b>118.967</b></u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Videolar-Innova S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Resultado do exercício</b>	244.588	118.967
<b>Resultados abrangentes</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	244.588	118.967
<b>Resultado abrangente atribuível aos Acionistas controladores</b>	<u>244.588</u>	<u>118.967</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>244.588</u></u>	<u><u>118.967</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Videolar-Innova S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro							Total	
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de ágio na alienação de ações próprias	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>686.832</b>	-	-	<b>96.847</b>	<b>40.193</b>	<b>954.802</b>	<b>40.909</b>	-	<b>1.819.583</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	13.200	-	-	-	-	13.200
Recompra de ações	-	(79.732)	-	-	-	-	-	-	(79.732)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	118.967	118.967
Realização de ajuste patrimonial	-	-	-	(79)	-	-	-	245	166
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	5.948	-	-	(5.948)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	152.990	(39.726)	(113.264)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>686.832</b>	<b>(79.732)</b>	-	<b>109.968</b>	<b>46.141</b>	<b>1.107.792</b>	<b>1.183</b>	-	<b>1.872.184</b>
Alienação de ações em tesouraria	-	79.732	1	-	-	-	-	-	79.733
Aumento de capital social integralizado	686.834	-	-	-	-	(686.834)	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	84	-	-	-	-	84
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	244.588	244.588
Realização de ajuste patrimonial	-	-	-	(245)	-	-	-	245	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	12.229	-	-	(12.229)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	165.104	-	(165.104)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	67.500	(67.500)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.373.666</b>	-	<b>1</b>	<b>109.807</b>	<b>58.370</b>	<b>586.062</b>	<b>68.683</b>	-	<b>2.196.589</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Videolar-Innova S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		244.588	118.967
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	15 e 16	109.163	96.286
Realização de mais valia		8.433	10.916
Imposto de renda diferido e corrente		44.124	43.356
Baixa do ativo imobilizado e intangível		1.950	11.964
Provisão para contingências	19	(2.762)	-
Provisão para perda estimada de crédito de liquidação duvidosa	9	(4.317)	495
Provisões para obsolescência	10	(2.112)	2.104
Ganho de ajustes a valor justo	14	(9.325)	(36.182)
Outras receitas com créditos tributários		(131.257)	(1.123)
Equivalência patrimonial		(3.550)	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de financiamentos, obrigações fiscais, depósitos judiciais, contas a pagar e contas a receber, líquido		109.544	19.648
		<u>364.479</u>	<u>266.431</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Contas a receber		(320.014)	91.790
Estoques		21.758	251.379
Impostos a recuperar		12.691	(24.839)
Outros		6.216	58.751
		<u>(279.349)</u>	<u>377.081</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores		(76.574)	(289.870)
Obrigações com pessoal e encargos sociais		20.218	(8.846)
Outros		10.110	(17.587)
		<u>(46.246)</u>	<u>(316.303)</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
		<u>38.884</u>	<u>327.209</u>
Impostos pagos sobre o lucro		-	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>			
		38.884	327.209
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisições de imobilizado		(11.903)	(258.734)
Aquisições de intangível		(66)	(3.437)
<b>Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento</b>			
		<u>(11.969)</u>	<u>(262.171)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Captação de financiamentos	17	418.644	335.941
Pagamento de financiamentos e juros	17	(447.695)	(345.065)
Recompra de ações		(35.990)	(43.742)
Alienação de ações em tesouraria		79.733	-
<b>Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento</b>			
		<u>14.692</u>	<u>(52.866)</u>
<b>Aumento no caixa e equivalentes</b>			
		<u>41.607</u>	<u>12.172</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>			
		23.481	11.309
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>			
		<u>65.088</u>	<u>23.481</u>
<b>Variação no caixa e equivalentes no exercício</b>			
		<u>41.607</u>	<u>12.172</u>
<b>Divulgação adicional - transações não-caixa</b>			
Juros capitalizados e aquisição de imobilizado		136.172	44.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto operacional

A Videolar-Innova S.A. (“Videolar-Innova” e “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado da sede social da Companhia fica na Avenida Torquato Tapajós, nº 5.555, Bloco B, Tarumã, CEP 69041-025, localizada em Manaus - AM.

A Companhia atua no segmento de Resinas Plásticas (Estireno e Poliestireno e Poliestireno Expansível), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros, além de atuar no segmento de transformados plásticos como, por exemplo, Tampas Plásticas e BOPP (filme de polipropileno bi-orientado).

Em 31 de outubro de 2014, com a aquisição de 60% de participação acionária da Innova S.A. (“Innova”), que pertencia a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), a Companhia se consolida no segmento Petroquímico.

Em 30 de setembro de 2015 a Videolar S.A. efetiva formalmente a incorporação da Innova e a Companhia passa a se chamar Videolar-Innova S.A.

Após a reorganização societária, a Companhia passou a contar com três parques fabris, sendo dois em Manaus, no Estado do Amazonas, e um em Triunfo, no Rio Grande do Sul.

Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia adquiriu 40% das ações da empresa Rimo S.A. que atua no mercado de games, tecnologia, música e filmes através da replicação de CD, DVD e Blu-ray, embalagens e produtos gráficos, bem como a distribuição destes produtos. O valor do patrimônio líquido da Rimo S.A. na data da aquisição era de R\$ 13.167, ativo intangível identificado de R\$ 1.118 e passivos identificados de R\$ 4.000. A Companhia não tem o controle sobre esse investimento e, portanto, as demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada.

A Companhia está finalizando uma central de geração de vapor e energia, prevista para entrar em operação em março de 2021. O objetivo é a autoprodução e autossuficiência na cogeração de energia e vapor a partir de biomassa (matéria orgânica). A companhia pretende ainda comercializar excedentes de energia no Ambiente de Contratação Livre, bem como de vapor, caso as condições de mercado sejam atrativas.

#### **Pandemia da Covid-19: impactos e ações**

A partir do momento em que se caracterizou o cenário de pandemia e ainda na iminência de sua disseminação no Brasil, a Innova constituiu um Comitê de Crise multidisciplinar, com agentes em todas as quatro unidades da Companhia, para assegurar a integridade física dos Colaboradores e a estabilidade de todas as linhas produtivas.

Na imediata sequência, segundo trimestre de 2020, as taxas de ocupação das capacidades produtivas e os volumes de vendas sofreram queda brusca comparado ao primeiro trimestre, tanto no segmento de Estirênicos como no de Transformados Plásticos, 32,2% e 7,1% respectivamente. Não se registrou o aumento da inadimplência.

O segundo semestre foi palco para uma forte reversão de quadro, com o aumento das taxas de ocupação da capacidade produtiva e os volumes de vendas para além dos patamares prévios à pandemia. O faturamento de Estirênicos e Transformados Plásticos cresceram respectivamente 35,8% e 33,7% em relação ao segundo semestre do ano anterior, e a produção foi 148Kton maior quando comparada ao volume produzido nos primeiros 6 meses de 2020.

O atendimento pleno à demanda, tanto no auge das restrições quanto na forte retomada subsequente, foi assegurado pela robustez e padrão tecnológico da capacidade produtiva instalada, fruto de investimentos ininterruptos dos anos anteriores. Ficou consagrado o protagonismo das resinas termoplásticas e dos transformados plásticos no combate à Covid-19.

A Innova segue mobilizada na avaliação de cenário e adota medidas de contingenciamento de custos e despesas, preservando os resultados e tendo em conta o grau de imprevisibilidade inerente ao cenário, tanto internacional quanto brasileiro. A base contábil permanece apropriada, com recursos adequados e linhas de crédito preservadas, o que permite a manutenção da solidez e disciplina financeira valorizadas como pilar central pelos acionistas da Companhia.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade (com relação as normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de janeiro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - mensuração de perdas de créditos esperadas para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota 15** - Imobilizado – determinação da vida útil e redução ao valor recuperável;
- **Nota 16** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saídas de recursos;
- **Nota 26.a** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 26.b** – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

(ii) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 14** - Propriedade para investimentos;
- **Nota 13** - Aquisição de negócios;
- **Nota 29** - Instrumentos financeiros.

## 5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA são mensurados pelo valor justo;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;

## 6 Principais políticas contábeis

Apresentamos abaixo um índice das principais políticas contábeis as quais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

- **6.1** - Combinação de negócios
- **6.2** - Receita operacional
- **6.3** - Subvenção e assistências governamentais
- **6.4** - Receitas e despesas financeiras
- **6.5** - Moeda estrangeira
- **6.6** - Imposto de renda e contribuição social
- **6.7** - Estoque
- **6.8** - Imobilizado
- **6.9** – Ativos intangíveis e ágio
- **6.10** - Propriedade para investimento
- **6.11** - Instrumentos financeiros
- **6.12** - Redução ao valor recuperável - *Impairment*
- **6.13** - Provisões
- **6.14** - Benefícios a empregados
- **6.15** - Arrendamentos
- **6.16** - Mensuração do valor justo



## 6.1 Combinação de negócios

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingente são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

### *Investimento*

Investimentos em empresas não controladas são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras individuais da não controladora.

Com base no método de equivalência patrimonial os investimentos em não controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, e adicionando das mudanças após a aquisição das participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das não controladas com base no método de equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da não controlada, a Investidora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, caso tenha materialidade.

## 6.2 Receita operacional

### (i) *Venda de bens*

A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

### (ii) *Incentivos fiscais*

A receita decorrente de incentivos fiscais descritos na nota explicativa nº 28, recebida na forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas incorridas, objeto de compensação desse incentivo. As condições estabelecidas para a manutenção dos incentivos fiscais foram devidamente cumpridas pela Companhia.

### 6.3 Subvenção e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos Federal, Estadual e Municipal e de que serão auferidas e são registradas como Outras Receitas no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Companhia é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas, Rio Grande do Sul e Governo Federal:

#### a. ICMS

##### *No Estado do Amazonas*

Os créditos por incentivos fiscais relativos ao reembolso do ICMS, junto ao Estado do Amazonas, foram contabilizados no resultado do exercício, em contra partida do ICMS à recolher, no montante de R\$ 130.366 (R\$ 122.382 em 2019), conforme nota explicativa 28.

##### *No Estado do Rio Grande do Sul*

A Companhia possui os Benefícios Financeiros do FUNDOPEM/RS - Fundo Operação Empresa/RS e do INTEGRAR/RS - Programa de Harmonização de Desenvolvimento da Indústria do Rio Grande do Sul, previstos no Decreto 49.205/12 e o crédito presumido de ICMS para revenda interestadual de ABS concedido através do Decreto nº 46.070/2008 alterado pelo Decreto 51.832/2014.

A Companhia atendeu aos requisitos do CPC 07 - “Subvenção e Assistência Governamental” para seu reconhecimento e essa reserva para investimentos foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia no montante de R\$ 34.738 (R\$ 30.249 em 2019) de FUNDOPEM, conforme nota explicativa 28.

#### b. Imposto de renda

A Companhia, nas suas unidades de Manaus, possui aprovação de seu empreendimento pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, gozando dos direitos de isenção e redução do imposto de renda e quaisquer adicionais não restituíveis, devendo capitalizar o valor do benefício de acordo com a MP no 2.199-14 artigo 1º alterado pela Lei no 12.715, de 2012 artigo 69.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para fruição desses incentivos.

#### c. IPI

IPI - Produtos produzidos na ZFM, Decreto no 7.212/10 artigo 81, inc.II.

#### d. PIS / Cofins

PIS/COFINS - Lei no 10.996/2004 artigos 3º e 4º.

#### e. Imposto de importação

Decreto-Lei nº 288/1967 artigo 7º.

#### 6.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

#### 6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

#### 6.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### (i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) **Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## 6.7 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis, baseados na capacidade operacional normal. A avaliação dos estoques não excede o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## 6.8 Imobilizado

### (i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

### (ii) *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes.

### (iii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

### (iv) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, em anos, no ativo imobilizado são as seguintes:

	<b>Anos</b>
Informática	5
Benfeitorias/instalações	34
Máquinas, equipamentos e ferramentas	17
Móveis e utensílios	13
Veículos	5
Aeronave	10
Outros	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada balanço e ajustados caso seja apropriado.

## 6.9 Ativos intangíveis e ágio

### (i) Reconhecimento e mensuração

#### *Ágio*

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### *Pesquisa e desenvolvimento*

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

#### *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### (ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### (iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

	<b>Anos</b>
Marcas e patentes	9
Software	5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

## 6.10 Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Os ganhos e as perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

## 6.11 Instrumentos financeiros

### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (ii) Classificação e mensuração subsequente

#### *Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) -instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.



A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

#### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos**

*Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia, quando necessário, analisa pontualmente a contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

(vi) **Capital Social**

*Ações ordinárias*

Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32.

*Ações preferenciais*

A Companhia não emitiu ações preferenciais resgatáveis no período.

Os dividendos prioritários, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

*Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)*

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de ágio na alienação de ações próprias.

*Aumento de capital social integralizado*

O aumento de capital social é determinado pelos sócios em assembleia geral ou reunião de sócios. No caso de sociedades anônimas, a deliberação sobre o aumento do capital social também poderá ser decidida pelo órgão administrativo, caso haja determinação para isto. Ao se deliberar sobre um aumento é fundamental determinar de que forma será realizado, poderá ocorrer pelo aumento do valor nominal das quotas ou ações já existentes. O capital social de uma Companhia pode ser aumentado por meio da subscrição de ações ou incorporação de reservas.

**6.12 Redução ao valor recuperável - Impairment**

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em Outros resultados abrangentes (ORA).

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto as propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos) para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### **6.13 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **6.14 Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **6.15 Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

#### **(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui contratos de arrendamentos na perspectiva de arrendatário que estivessem sujeitos ao reconhecimento de ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

#### *Arrendamentos de ativos de baixo valor*

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo copiadoras, empilhadeiras e outros equipamentos. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### **(ii) Como arrendador**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato bem como os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de Outras Receitas.

### **6.16 Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo, para ativos e passivos financeiros e não financeiros.



Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11, CPC 06);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06);
- Imobilizado : Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutural Conceitual (alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26)

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Disponibilidades	13.704	14.428
Aplicação financeira	<u>51.384</u>	<u>9.053</u>
	<b><u>65.088</u></b>	<b><u>23.481</u></b>

As aplicações financeiras detidas pela Companhia em títulos de renda fixa refletem as condições usuais de mercado e são remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). As operações com prazo de aplicação de pelo menos 30 dias foram remuneradas, em média, a 96% do CDI (98% em 2019). Esses ativos são conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

## 9 Contas a receber

A seguir apresentamos os montantes a receber, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Cientes	<u>757.789</u>	<u>440.382</u>
	<b><u>757.789</u></b>	<b><u>440.382</u></b>
Provisão para perda de crédito esperada	<u>(39.139)</u>	<u>(43.456)</u>
	<b><u>718.650</u></b>	<b><u>396.926</u></b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>714.029</b>	<b>390.350</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b><u>4.621</u></b>	<b><u>6.576</u></b>

Atendendo ao disposto do CPC 48, a Administração adotou o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”, determinadas conforme práticas abaixo:

- **Estágio 1** - Considera neste estágio os títulos que ainda estão performando e representa os possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses.
- **Estágio 2** - Considera neste estágio os títulos com Expressivo Risco de Perda, quando há desgaste no risco de crédito do cliente, ou seja, quando o título for direcionado para a empresa de assessoria em cobrança (mesmo se renegociado) e os títulos com necessidade de cobrança jurídica.

A tabela abaixo demonstra a perda de crédito esperada:

		Contas a receber	Provisão para perda de crédito esperada	Percentual de perda estimada
Estágio 1	A vencer	718.502	722	0,1%
	Vencido de 1-30 dias	878	8	1%
	Vencido de 31-60 dias	-	-	5%
	Vencido de 61-90 dias	-	-	10%
	Vencido de 91-180 dias	-	-	50%
	Vencido acima de 181 dias	-	-	100%
		<b>719.380</b>	<b>730</b>	-
Estágio 2	Assessoria em cobrança	63	63	100%
	Cobrança jurídica	38.346	38.346	100%
		<b>38.409</b>	<b>38.409</b>	100%
<b>Total</b>		<b>757.789</b>	<b>39.139</b>	

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber é relativamente baixo, uma vez que não identificou real perda de crédito (*write off*) nos últimos três anos e não houve transferência relevante de crédito do Estágio 1 para o Estágio 2.

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é como segue:

	2020	2019
Saldo no início do ano	43.456	42.961
Complemento de provisão no exercício	369	785
Reversão da provisão no exercício	(4.686)	(290)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>39.139</b>	<b>43.456</b>

## 10 Estoques

	2020	2019
Matéria-prima	82.997	126.043
Produtos em elaboração	62.769	44.263
Produtos acabados	102.925	97.348
Embalagens	4.335	5.343
Importação em andamento	5.662	9.199
Outros materiais	3.686	1.936
Provisão para obsolescência	(823)	(2.935)
	<b>261.551</b>	<b>281.197</b>

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo do início do ano	(2.935)	(831)
Complemento de provisão	-	(2.547)
Reversão de provisão	2.112	443
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(823)</b>	<b>(2.935)</b>

Executando o plano de ação para 2020, grande parte das Matérias Primas classificadas como obsoletas foram descartadas ou vendidas, e outras devolvidas aos fornecedores. Ainda que em menor proporção, também utilizamos parte em nosso processo produtivo. Outro fator que contribuiu para reversão na provisão de obsolescência foi o aumento de faturamento no segmento de Polipropileno Bi-orientado (BOPP), que possibilitou o alto giro no estoque de produtos acabados. Fechamos 2020 com a seguinte provisão, por segmento: BOPP R\$ 539, Laminados R\$ 48, Tampas Plásticas R\$ 205 e Poliestirenos/EPS R\$ 31.

## 11 Impostos a recuperar

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
ICMS a recuperar	85.761	76.138
PIS/COFINS a recuperar	6.348	4.625
PIS/COFINS processo fiscal (i)	18.926	18.855
PIS/COFINS processo fiscal (ii)	105.151	-
IRRF a compensar	664	1.350
IPI a recuperar	490	605
Outros	3.568	2.116
	<b>220.908</b>	<b>103.689</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>117.893</b>	<b>41.629</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>103.015</b>	<b>62.060</b>

- (i) Em julho de 2012 a Companhia obteve sentença favorável do processo 0060657.83.2013.4.01.0000 que versa sobre a exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS, desta forma, este processo está transitado em julgado, gerando um crédito tributário com saldo de R\$ 18.926 (R\$ 18.855 em 2019).
- (ii) Em agosto de 2020, foi certificado o trânsito em julgado de ação própria Videolar-Innova S.A. do processo nº 5055615-53.2015.4.04.7100, as quais determinam a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS/COFINS, e retroagem aos anos de 2010 à 2015. O efeito desta decisão foi reconhecido no montante de R\$ 131.257, sendo R\$ 80.342 de principal e R\$ 50.915 de atualização monetária. Após as compensações de tributos federais durante o exercício corrente, o saldo deste crédito passou a ser de R\$ 105.151 em dezembro de 2020.

## 12 Outras contas a receber

	2020	2019
Custos a amortizar (i)	-	2.234
Outros adiantamentos	766	132
Sinistros a receber	-	-
Outras contas a receber	<u>1.103</u>	<u>-</u>
<b>Ativo circulante</b>	<b><u>1.869</u></b>	<b><u>2.366</u></b>

- (i) A Companhia teve custos com as instituições financeiras, na estruturação dos contratos de empréstimos para aquisição da Innova em 2014. Esse custo foi contabilizado no curto e longo prazo, e foi amortizado junto com os pagamentos dos contratos de financiamento que foram totalmente liquidados no exercício de 2020.

## 13 Participação em empresas em coligadas

Em dezembro de 2019, a Companhia adquiriu 40% das ações da empresa Rimo S.A. que atua no mercado de games, tecnologia, música e filmes através da replicação de CD, DVD e Blu-ray, embalagens e produtos gráficos, bem como a distribuição destes produtos.

	Part. %	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio Líquido	Participação da Companhia
Rimo S.A.	40%	48.719	10.856	36.389	14.313	8.873	3.550

## 14 Propriedade para investimento

	2020	2019
Terrenos e edificações	<u>268.299</u>	<u>258.974</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b><u>268.299</u></b>	<b><u>258.974</u></b>

As propriedades para Investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por avaliadores técnicos externos independentes em 30 de novembro de 2020.

A movimentação do saldo das propriedades para investimento foi como segue:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	258.974	204.354
Adição	-	1.123
Ganho de ajuste a valor justo (nota 24)	9.325	36.182
Reclassificação entre propriedade para investimento e imobilizado (nota 14)	<u>-</u>	<u>17.315</u>
<b>Total</b>	<b><u>268.299</u></b>	<b><u>258.974</u></b>

Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício ou parte de um edifício, ou ambas) mantida pelo proprietário para obter renda por meio de aluguel ou para valorização do capital ou para ambas situações, sem a intenção de venda ou uso, que gera fluxos de caixa independentes dos outros ativos.

## 15 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Peças e Conj. de Reposição	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Processamento de Dados	Veículos	Aeronave	Moldes e Ferramentas	Equip. Telefonia	Obras de Artes Antiquid.	Prov. Perda Impairment (nota 14.1)	Imobilizado em Andamento (nota 14.2)	Spare Parts – Imobil. em Andam. (i)	Mais Valia Imobilizado	Totais
<b>Custo</b>																	
<b>Saldos 31/12/2018</b>	<b>93.647</b>	<b>270.361</b>	<b>1.160.126</b>	<b>1.381</b>	<b>201.752</b>	<b>15.692</b>	<b>21.950</b>	<b>4.669</b>	-	<b>31.946</b>	<b>1.261</b>	-	<b>(18.187)</b>	<b>348.692</b>	<b>37.722</b>	<b>203.479</b>	<b>2.374.491</b>
Adições	20.000	76	12.890	-	4.070	5	-	-	-	-	-	-	-	263.520	2.303	-	302.864
Reclassificação PPI	(17.315)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.315)
Baixa	(13)	(158)	(101.171)	-	(4.174)	(3.202)	(10.527)	(3.580)	-	(34)	(247)	-	8.917	(5)	-	-	(114.194)
Transferência	-	204	448.996	-	214	137	1.751	-	-	3.662	420	-	-	(455.384)	-	-	-
<b>Saldos 31/12/2019</b>	<b>96.319</b>	<b>270.483</b>	<b>1.520.841</b>	<b>1.381</b>	<b>201.862</b>	<b>12.632</b>	<b>13.174</b>	<b>1.089</b>	-	<b>35.574</b>	<b>1.434</b>	-	<b>(9.270)</b>	<b>156.823</b>	<b>40.025</b>	<b>203.479</b>	<b>2.545.846</b>
Adições	-	-	479	-	-	2	-	476	27.143	-	-	-	(132)	122.373	3.674	-	154.015
Baixa	-	-	(46.412)	-	(3.736)	(6.183)	(1.584)	(279)	-	(19.477)	(781)	-	8.918	-	-	-	(69.534)
Transferência	-	6.440	21.010	-	921	414	123	192	-	-	-	152	-	(29.252)	-	-	-
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>96.319</b>	<b>276.923</b>	<b>1.495.918</b>	<b>1.381</b>	<b>199.047</b>	<b>6.865</b>	<b>11.713</b>	<b>1.478</b>	<b>27.143</b>	<b>16.097</b>	<b>653</b>	<b>152</b>	<b>(484)</b>	<b>249.944</b>	<b>43.699</b>	<b>203.479</b>	<b>2.630.327</b>
<b>Depreciação</b>																	
<b>Saldos 31/12/2018</b>	-	<b>(111.331)</b>	<b>(649.843)</b>	-	<b>(87.230)</b>	<b>(13.703)</b>	<b>(20.248)</b>	<b>(2.236)</b>	-	<b>(27.295)</b>	<b>(1.086)</b>	-	-	-	-	<b>(42.666)</b>	<b>(955.638)</b>
Depreciação do exerc.	-	(8.585)	(74.967)	-	(9.835)	(235)	(570)	(430)	-	(204)	(37)	-	-	-	-	(12.953)	(107.816)
Baixa	-	-	85.306	-	888	3.022	10.497	2.245	-	31	241	-	-	-	-	-	102.230
<b>Saldos 31/12/2019</b>	-	<b>(119.916)</b>	<b>(639.504)</b>	-	<b>(96.177)</b>	<b>(10.916)</b>	<b>(10.321)</b>	<b>(421)</b>	-	<b>(27.468)</b>	<b>(882)</b>	-	-	-	-	<b>(55.619)</b>	<b>(961.224)</b>
Depreciação do exerc.	-	(8.668)	(82.664)	(12)	(12.760)	(269)	(873)	(304)	(226)	(742)	(60)	-	-	-	-	(12.952)	(119.530)
Baixa	-	-	38.345	-	3.445	6.057	1.484	274	-	17.245	780	-	-	-	-	-	67.630
<b>Saldos 31/12/2020</b>	-	<b>(128.584)</b>	<b>(683.823)</b>	<b>(12)</b>	<b>(105.492)</b>	<b>(5.128)</b>	<b>(9.710)</b>	<b>(451)</b>	<b>(226)</b>	<b>(10.965)</b>	<b>(162)</b>	-	-	-	-	<b>(68.571)</b>	<b>(1.013.124)</b>
<b>Valor residual</b>																	
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>96.319</b>	<b>148.339</b>	<b>812.095</b>	<b>1.369</b>	<b>93.555</b>	<b>1.737</b>	<b>2.003</b>	<b>1.027</b>	<b>26.917</b>	<b>5.132</b>	<b>491</b>	<b>152</b>	<b>(484)</b>	<b>249.944</b>	<b>43.699</b>	<b>134.908</b>	<b>1.617.203</b>
<b>Saldos 31/12/2019</b>	<b>96.319</b>	<b>150.567</b>	<b>881.337</b>	<b>1.381</b>	<b>105.685</b>	<b>1.716</b>	<b>2.853</b>	<b>668</b>	-	<b>8.106</b>	<b>552</b>	-	<b>(9.270)</b>	<b>156.823</b>	<b>40.025</b>	<b>147.860</b>	<b>1.584.622</b>

A Companhia ofereceu o imóvel da Unidade I, situado na Avenida Torquato Tapajós, do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica da unidade de produção de filme de polipropileno bi-orientado (BOPP). O montante oferecido em garantia foi de R\$ 314.835. Em junho de 2020, a Videolar-Innova quitou o referido financiamento bancário, procedendo a baixa da respectiva alienação fiduciária.

(i) Spare parts Imobilizado em Andamento

A Companhia adota o critério de classificar os itens sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno no ativo imobilizado já que a entidade espera usá-los por mais de um período, tal prática é aplicada conforme pronunciamento contábil.

### 15.1 Provisão para perda por redução ao valor recuperável - Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída por imobilizados e peças de reposição de segmentos descontinuados. O montante de R\$ 485 (R\$ 9.270 em 2019) é constituído por itens que não estão em operação, conforme detalhada abaixo:

	2020	2019
Máquinas e equipamentos	-	6.351
Moldes e ferramentas	-	2.009
Instalações industriais	-	262
Outros	-	241
Peças de reposição	485	407
	<u>485</u>	<u>9.270</u>

Em atendimento às exigências do Pronunciamento CPC nº 01(R1) de 6 de agosto de 2010 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos em 31 de dezembro de 2020, os quais foram estimados com base nos valores em uso, utilizando os fluxos de caixa descontados.

Em 2020, a Companhia efetuou a baixa na provisão no montante de R\$ 8.918, sendo que R\$ 8.863 foram alienação de máquinas, equipamentos, moldes e ferramentas e R\$ 55 recuperados e aplicados em manutenções corretivas.

### 15.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da conta de imobilizado em andamento era de R\$ 249.944 (R\$ 156.823 em 2019), e estavam substancialmente representadas pelos projetos: geração de energia e geração de vapor R\$ 172.076 (R\$ 117.413 em 2019), aquisição da nova paletizadora R\$ 4.970 e conjunto de moldes e ferramentas SFM TP LL R\$ 3.696.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados à aquisição, construção e atualização do parque fabril são capitalizados como parte do custo do projeto. Os custos do empréstimo capitalizado a ativar, contabilizados até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 18.993 (R\$ 13.053 em 2019).

Todos os demais custos de empréstimos não relacionados à aquisição de ativo imobilizado foram registrados como despesa no período.

## 16 Intangível

Os detalhes do ativo intangível da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Software	Marcas, Direitos e Patentes	Ágio por expectativa de Rentabilidade Futura	Mais Valia	Totais
<b>Custo</b>					
<b>Saldos 31/12/2018</b>	<b>21.076</b>	<b>19.225</b>	<b>243.866</b>	<b>106.279</b>	<b>390.446</b>
Adições	3.437	-	-	-	3.437
<b>Saldos 31/12/2019</b>	<b>24.513</b>	<b>19.225</b>	<b>243.866</b>	<b>106.279</b>	<b>393.883</b>
Adições	66	-	-	-	66
Baixas	(490)	-	-	-	(490)
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>24.089</b>	<b>19.225</b>	<b>243.866</b>	<b>106.279</b>	<b>393.459</b>
<b>Saldos 31/12/2018</b>	<b>(14.413)</b>	<b>(14.336)</b>	<b>-</b>	<b>(100.662)</b>	<b>(129.411)</b>
Amortização do exerc.	(964)	(459)	-	(5.207)	(6.630)
<b>Saldos 31/12/2019</b>	<b>(15.377)</b>	<b>(14.795)</b>	<b>-</b>	<b>(105.869)</b>	<b>(136.041)</b>
Amortização do exerc.	(2.036)	(549)	-	(88)	(2.673)
Baixas	444	-	-	-	444
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>(16.969)</b>	<b>(15.344)</b>	<b>-</b>	<b>(105.957)</b>	<b>(138.270)</b>
<b>Valor residual</b>					
<b>Saldos 31/12/2020</b>	<b>7.120</b>	<b>3.881</b>	<b>243.866</b>	<b>322</b>	<b>255.189</b>
<b>Saldos 31/12/2019</b>	<b>9.136</b>	<b>4.430</b>	<b>243.866</b>	<b>410</b>	<b>257.842</b>

### 16.1 Ágio

O ágio reconhecido nos registros da Companhia, como resultado da aquisição da Innova S.A. em 2014 foi determinado conforme segue:

Custo de aquisição	1.105.219
(-) Patrimônio Líquido - Innova em 31/10/2014	(643.381)
(-) Mais valia	(217.972)
<b>Ágio na aquisição</b>	<b>243.866</b>

A aquisição resultou em um ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R\$ 243.866. Ele é consequência de diversos fatores, em especial, da sinergia entre os negócios das duas empresas. Existe também grande sinergia comercial, dado que a Incorporadora também produz Poliestirenos, mas não o Estireno.



A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado tem a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicativos de perda de valor. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado, curvas de produção associados aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para a realização dos projetos.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada, para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior. Na realização do estudo de recuperação do exercício não identificamos perda por redução ao valor recuperável.

As premissas utilizadas para teste de impairment consideraram taxa de crescimento na perpetuidade de 1,00% e taxa de desconto real de 8,98% num horizonte de 5 anos.

## 17 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Encargos	Garantias	Vencimento	2020	2019
Banco do Brasil	(i) CDI + 1,2% a.a.	Aval + Duplicatas	21/03/2021	150.128	150.131
Banco Bradesco Europa	(ii) Libor EUR + 3,25% a.a.	Nota Promissória	22/07/2021	1.608	5.463
BNDES Contrato II	(iii) TJLP + 2,42% a.a.	Imóveis	15/06/2020	-	3.996
Debêntures	(iv) VC + 4,96% a.a.	Aval + Alien. Fiduc.	25/10/2020	-	67.646
Banco Citibank	(v) Libor USD + 3,50% a.a.	Fiduc.	25/09/2020	-	71.146
Diversos - Adiantamento s/ Cambiais Entregues	(vi) 2,1% a 3,79% a.a.	Duplicatas	24/09/2021	266.618	170.503
Banco Safra Finimp	(vii) 1,28% a.a.	Nota Promissória	04/06/2020	-	8.419
Banco Bradesco Finimp	(viii) 5,42% a.a.	-	01/04/2021	27.093	81.049
Banco Santander Finimp	(ix) 0,80% a 1,41% a.a.	-	10/06/2020	-	50.752
Bradesco Capital de Giro	(x) VC+4,55% a.a.	Aval	29/03/2021	268.604	-
				<b>714.051</b>	<b>609.105</b>
<b>Passivo Circulante</b>				<b>714.051</b>	<b>458.204</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				<b>-</b>	<b>150.901</b>

- (i) A Companhia contratou linha de crédito para capital de giro junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 150.000 com remuneração composta pela taxa média CDI + 1,2% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e o pagamento de principal no vencimento do contrato, em março de 2021.
- (ii) A Companhia possui contrato de linha de crédito internacional firmado com o Banco Bradesco Europa destinado a aquisição de máquinas e equipamentos cuja taxa de juros é de Libor EUR + 3,25% a.a.. O financiamento é composto por diversos desembolsos parciais com prazo máximo de 60 meses, os quais se iniciaram em fevereiro de 2011 e contaram com carência de 6 meses para juros e de 24 meses para pagamento do principal. Em agosto de 2016 foi liberado o último desembolso (26º) que somou o valor total de EUR 744 mil.

- (iii) Em 2012 a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDES no montante de R\$ 30.100, com remuneração composta da Taxa de Juros de Longo Prazo + 2,42% a.a., contando com carência de dois anos para pagamento do principal e amortização em 66 meses. Esse financiamento teve como finalidade a expansão e a construção de uma unidade industrial para produção dos filmes de Polipropileno Bi-orientado (BOPP), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. Os imóveis dados em garantia somavam o valor de R\$ 314.835. Essa linha de crédito foi devidamente quitada em junho de 2020 e a alienação do imóvel em garantia revertida.
- (iv) Em 07 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou *Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples*, no valor de R\$ 300.000, com data de emissão em 25 de outubro de 2014 e vencimento em 25 de Outubro de 2020. As debêntures foram corrigidas pelo fator de variação cambial de reais por dólares dos Estados Unidos da América (PTAX800, opção 5) e fizeram jus ao pagamento de juros remuneratórios de 4,96% a.a., pagos em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão. A amortização do principal se deu em 9 (nove) parcelas, também semestrais e consecutivas, sendo que a primeira venceu em 25 de outubro de 2016 e a última em 25 de outubro de 2020.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A.

Ao final de cada exercício, desde 2014, o contrato possuía obrigações relacionadas a indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nos índices de Dívida Financeira Líquida dividida por EBITDA e o índice de Dívida Total dividida pelo Patrimônio Líquido.

- (v) Em 23 de Outubro de 2014, a Companhia celebrou com o Banco Citibank contrato de crédito no valor de USD 100.004 com vencimento em 25 de Setembro de 2020. O contrato previa remuneração com taxa de juros de Libor USD + 3,50% a.a., sendo os pagamentos de juros trimestrais e carência de dois anos para pagamento de principal.

Os recursos oriundos da captação foram destinados exclusivamente para pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A.

O contrato possuía obrigação relacionada a indicador financeiro (*covenant*) medido trimestralmente com base no índice de Dívida Financeira Líquida dividida pelo EBITDA acumulado em 12 meses.

- (vi) A Companhia possui operações relacionadas a seus recebíveis de exportação. Entre fevereiro e outubro de 2020 foram contratadas operações de ACC (Antecipação de Contrato de Câmbio) no valor de USD 22.000 e operações de PPE (Pré Pagamento de Exportação) no valor de USD 31.770, todas com remuneração entre 2,10% a 3,79% a.a. e vencimentos até setembro de 2021.
- (vii) Em junho de 2019 a Companhia adquiriu um contrato de Finimp com o Banco Safra no valor de EUR 1.845 com remuneração de 1,28% a.a., tendo sido quitado no seu vencimento, em junho de 2020.
- (viii) Em abril de 2020 a Companhia celebrou um contrato de Finimp com o Banco Bradesco no total de USD 4.980 com taxa de juros 5,42% a.a. e vencimento em abril de 2021.
- (ix) No mês de junho de 2019 a Companhia adquiriu dois contratos de Finimp com o Banco Santander no valor de EUR 1.845 e USD 10.256 com remuneração entre 0,80% e 1,41% a.a., tendo sido quitados no seus respectivos vencimentos, em junho de 2020.
- (x) A Companhia contratou em Abril de 2020 uma linha de crédito no valor de USD 50.000 com remuneração de VC+4,55% a.a. e vencimento para março de 2021. Recursos que foram aplicados exclusivamente no reforço de Capital de Giro, objetivando amparar a produção de Bens destinados à exportação, bem como as atividades de apoio e complementação integrantes e fundamentais da exportação.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
2021	-	150.901
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>150.901</b>

Movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos:

Descrição	Saldo 2019	Adição	Juros	Juros Capitalizados	IRRF	Amortização	Variação cambial	Saldo 2020
Banco do Brasil	150.132	-	-	5.939	-	(5.943)	-	150.128
Bradesco Europa	5.463	-	129	-	19	(5.572)	1.569	1.608
BNDES	3.996	-	62	-	-	(4.058)	-	-
Debêntures	67.646	-	2.585	-	-	(83.522)	13.291	-
Banco Citibank	71.146	-	2.198	-	388	(96.014)	22.282	-
Adto s/ Cambiais Entregues	170.503	128.439	8.096	-	-	(70.400)	29.980	266.618
Banco Safra	8.418	-	50	-	7	(10.713)	2.238	-
Bradesco Finimp	81.048	24.905	2.576	-	363	(106.448)	24.649	27.093
Santander Finimp	50.753	-	821	-	197	(65.024)	13.253	-
Bradesco Giro	-	265.300	9.176	-	-	-	(5.872)	268.604
<b>Total Geral</b>	<b>609.105</b>	<b>418.644</b>	<b>25.693</b>	<b>5.939</b>	<b>974</b>	<b>(447.694)</b>	<b>101.390</b>	<b>714.051</b>

Descrição	Saldo 2018	Adição	Juros	Juros Capitalizados	IRRF	Amortização	Variação cambial	Saldo 2019
Banco do Brasil	150.235	-	-	10.538	-	(10.641)	-	150.132
Bradesco Europa	10.255	-	240	-	36	(5.130)	62	5.463
BNDES	10.058	-	556	-	-	(6.618)	-	3.996
Debêntures	140.682	-	5.458	-	-	(75.481)	(3.013)	67.646
Banco Citibank	185.273	-	7.751	-	1.368	(128.088)	4.842	71.146
Adto s/ Cambiais Entregues	52.843	204.360	2.619	-	-	(99.202)	9.883	170.503
Santander Finex	20.807	-	21	-	-	(19.905)	(923)	-
Banco Safra	-	8.095	53	-	7	-	263	8.418
Bradesco Finimp	-	75.673	1.457	-	218	-	3.700	81.048
Santander Finimp	-	47.813	843	-	211	-	1.886	50.753
<b>Total Geral</b>	<b>570.153</b>	<b>335.941</b>	<b>18.998</b>	<b>10.538</b>	<b>1.840</b>	<b>(345.065)</b>	<b>16.700</b>	<b>609.105</b>

**a. Índices financeiros (Covenants)**

Os instrumentos de dívida destinados ao pagamento de parte do preço de aquisição da Innova S.A. previam limites contratuais para indicadores financeiros destinados a monitorar o nível de endividamento (alavancagem) da Companhia. No entanto, com a quitação total de referidos Contratos (Citibank em 25 de setembro de 2020 e Debêntures em 25 de outubro de 2020) a Companhia deixou de ter tais obrigações.

O único instrumento de dívida com previsão de limite para a alavancagem da Companhia diz respeito ao Contrato de Capital de Giro detido junto ao Banco do Brasil, conforme abaixo:

**Contrato de Capital de Giro BANCO DO BRASIL**

- Relação Dívida Financeira Líquida/EBITDA ao final do período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 igual ou inferior a 3,0 vezes.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu o índice (*covenant*) estabelecido pelo referido credor.

**18 Fornecedores**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Fornecedores nacionais	77.793	54.209
Fornecedores risco sacado (i)	46.983	-
Fornecedores estrangeiros	<u>367.249</u>	<u>393.525</u>
	<b><u>492.025</u></b>	<b><u>447.734</u></b>

- (i) Fornecedores risco sacado: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro implícito de 4,79% a.a. em 31 de dezembro de 2020. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

**19 Provisão para contingências e depósitos judiciais**

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia, foram constituídas provisões no passivo para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Trabalhistas	5.505	6.912
Cíveis	68	1.423
Mais valia	<u>8.886</u>	<u>9.148</u>
<b>Passivo não circulante</b>	<b><u>14.459</u></b>	<b><u>17.483</u></b>

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

Provisão para contingências	Trabalhista	Cíveis	Mais Valia	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.679</b>	<b>1.243</b>	<b>10.767</b>	<b>18.689</b>
(+) Complemento de provisão	3.805	180	-	<b>3.985</b>
(-) Baixa de provisão	(3.572)	-	(1.619)	<b>(5.191)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.912</b>	<b>1.423</b>	<b>9.148</b>	<b>17.483</b>
(+) Complemento de provisão	2.945	294	-	<b>3.239</b>
(-) Baixa de provisão	(4.352)	(1.649)	(262)	<b>(6.263)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.505</b>	<b>68</b>	<b>8.886</b>	<b>14.459</b>

Os principais processos são comentados a seguir:

### Processos tributários

O prognóstico de perda possível que não estão provisionados no montante de R\$ 204.868 (R\$ 446.695 em 2019). Os principais processos são: (i) processo nº 2016000088 - impugnação ao auto de infração lavrado pela prefeitura de Manaus/AM face da AMZ (incorporada pela Videolar em 2015) referente à retenção de ISSQN na remessa de Royalties com valor atualizado de R\$ 49.739 (R\$ 72.276 em 2019); (ii) processo Nº 5044721-47.2017.4.04.7100 - anulatório auto de infração MPF nº 1015400/00096/11 - PTA nº 10516.720002/2013-95 inadimplemento do compromisso de exportar, em razão da não comprovação da vinculação física - Drawback suspensão com valor corrigido de R\$ 73.147 (R\$ 71.421 em 2019); (iii) processo nº 5013192-3.2018.4.04.7100 - impugnação ao auto de infração lavrado pela Receita federal do Brasil em razão de suposta infração cometida pela empresa em procedimento de importação com valor corrigido de R\$ 19.913 (R\$ 11.004 em 2019).

A Companhia adquiriu participação, como não controlador, da Rimo S.A. em 18 de dezembro de 2019. A Rimo, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Existem processos de perda possíveis no valor de R\$ 361.378 (R\$ 701.944 em 2019), os quais não estão provisionados, em acordo com as práticas contábeis brasileiras. Parte significativa das causas tributárias classificadas como “possível” pelos assessores jurídicos da Rimo refere-se a uma ação relacionada à ICMS-ST pelo Estado de São Paulo contra a filial da Rimo em Manaus no valor de R\$ 318.132 (R\$ 314.033 em 2019). O Estado de São Paulo exige recolhimento dos benefícios da Zona Franca de Manaus ao estado, na figura de ICMS-ST, alegando que somente o valor pago, e não o destacado em nota como ICMS próprio deve ser abatido no cálculo do ICMS-ST.

A Companhia possui depósitos judiciais tributários registrados no montante de R\$ 9.252 (R\$ 9.047 em 2019). Os principais processo são: (i) 0011620-22.2015.54.01.3200 de Inexigibilidade de PIS/COFINS sobre as receitas financeiras no valor R\$ 2.594 (R\$ 2.362 em 2019); (ii) Processo 0007521-72.2016.4.01.3200 por suposta falta de recolhimento de contribuições patronais no valor R\$ 685 (R\$ 685 em 2019); (iii) Processo 2006.32.00.005992-1 de exclusão do PIS/COFINS na base de cálculo do IR e CSLL no valor de R\$ 531 (R\$ 728 em 2019).

### Processos trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual dos processos de reclamações trabalhistas.

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, para os quais a perda é possível no valor total de R\$ 9.809 (R\$ 7.608 em 2019), e para os quais a perda é considerada provável estão provisionados no valor total de R\$ 5.505 (R\$ 6.912 em 2019).

### Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 9.540 (R\$ 6.765 em 2019) para as quais a perda é possível. Os principais processos são (i) processo nº 0019225-94.2003.8.26.0068 - Transação judicial para revisão de contrato de mútuo e nulidade das relações jurídicas (contratos compra e venda, locação etc) referente Imóvel com valor corrigido de R\$ 6.338 (R\$ 6.082 em 2019). (ii) processo nº 22904/JPA – Cobrança de royalties referente contrato com marca Emtec com valor histórico de R\$ 1.719 (R\$ 6.588 em 2019).

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas aos processos envolvendo principalmente discussões comerciais.

### Banco Fortis

Em junho de 2008, a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A. (“Darlet”), fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP.

Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento à Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Por meio dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos por 5 anos do Banco Fortis para Darlet foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo, portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados pelo Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Banco Fortis deveria fazer adiantamentos para a Companhia por meio do pagamento para a Darlet.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	<b>31/12/2010</b>
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	<u>36.163</u>
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	<u><u>(7.695)</u></u>

Em novembro de 2011, a Companhia foi notificada pelo BNP Paribás quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce (“ICC”), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EUR 18.715 mil.

Em 18 de abril de 2017, a Videolar-Innova e BNP Paribas firmaram acordo no valor total de EUR 10.872 mil (R\$ 32.719), para pagamento pela Companhia em 48 meses, sendo a primeira parcela paga em 30 de abril de 2017 e a última a ser paga em 30 de março de 2021. Os valores das parcelas são decrescentes, iniciando em EUR 246 mil e finalizando em EUR 207 mil. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a pagar de R\$ 3.936 está registrado em outras obrigações no circulante.

### **Mais valia**

A mais valia reconhecida nos registros da companhia, é resultado da aquisição da Innova S.A onde existiam processos no polo passivo contingente com avaliação de risco possível, no montante total de R\$ 62.888, sendo R\$ 60.247 processos tributários e R\$ 2.641 processos trabalhistas, após a realização parcial dos processos o saldo apresentado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.902 processos tributários (R\$ 7.902 em 2019) e de R\$ 984 processos trabalhistas ( R\$ 1.246 em 2019).

### **Depósitos judiciais**

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Mais Valia</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.911</b>	<b>1.221</b>	<b>5.301</b>	-	<b>15.433</b>
(+) Adição	136	518	5	-	659
(-) Baixa	-	(299)	(1.249)	-	(1.548)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>9.047</b>	<b>1.440</b>	<b>4.057</b>	-	<b>14.544</b>
(+) Adição	353	347	608	-	1.308
(-) Baixa	(148)	(418)	(4.357)	-	(4.923)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>9.252</b>	<b>1.369</b>	<b>308</b>	-	<b>10.929</b>

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 22 de dezembro de 2020, os acionistas deliberaram por uma reforma estatutária que incluiu o aumento do capital social integralizado, usando os saldos disponíveis da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 686.834. O novo capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, corresponde ao valor de R\$ 1.373.666 (R\$ 686.832 em 2019).

O capital social da Companhia é representado por 1.185.861 ações ordinárias e 363.859 ações preferenciais classe “A”, totalizando 1.549.720 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral.

**b. Ajuste de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial são provenientes de avaliações patrimoniais de terrenos e edificações disponíveis em Propriedade para Investimento e adoção do custo atribuído (*Deemed Cost*) sobre bens registrados no Imobilizado.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial serão realizados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação, baixa ou depreciação dos ativos a que eles se referem.

A movimentação do saldo do ajuste de avaliação patrimonial foi como segue:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	109.968	96.847
Ajuste avaliação patrimonial - Torquato Tapajós, 5.555		13.200
Realização do ajuste avaliação patrimonial	<u>(161)</u>	<u>(79)</u>
<b>Total</b>	<b><u>109.807</u></b>	<b><u>109.968</u></b>

**c. Reserva legal**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Devido ao lucro do exercício no montante de R\$ 244.588, foi constituído R\$ 12.229 de reserva legal, totalizando R\$ 58.370 (R\$ 46.141 em 2019).

**d. Dividendos**

Em 2020, do lucro líquido de R\$ 244.588, foi destinado R\$ 12.229 para reservas legais, R\$ 165.104 para reservas de incentivos fiscais e R\$ 67.500 para reservas de lucros. O estatuto social da Companhia não determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório.

**e. Reserva de incentivos fiscais**

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977).

Em 31 de dezembro de 2020 foi destinado o montante de R\$ 165.104 para a constituição de reserva de incentivos fiscais de ICMS.

Após deliberação de reforma estatutária ocorreu a destinação no valor de R\$ 686.834 disponível da reserva de incentivos fiscais para capitalização do aumento do capital social, totalizando o valor de R\$ 586.062 (R\$ 1.107.792 em 2019) à disposição para futuras incorporações.

**f. Reserva de retenção de lucros**

Em 2020 foi constituída a reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 67.500 (R\$1.183 em 2019), totalizando o valor de R\$ 68.683 à disposição dos acionistas.

**g. Ações em tesouraria**

Em agosto de 2020, os acionistas autorizaram a alienação das 75.614 ações em tesouraria



mantidas pela Companhia, sendo 53.400 de ações preferenciais e 22.214 de ações ordinárias. O acionista majoritário adquiriu 74.614 ações (52.990 preferenciais e 21.624 ordinárias), no montante de R\$ 78.678. Um dos acionistas minoritários adquiriu as demais 1.000 ações (410 preferenciais e 590 ordinárias), no montante de R\$ 1.054.

#### **h. Reserva de ágio na alienação de ações**

Em agosto de 2020, a operação de alienação das ações em tesouraria gerou um resultado positivo (lucro), este crédito foi registrado como reserva de ágio na alienação de ações, no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 1.

### **21 Receita operacional líquida**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receita operacional bruta	3.195.128	2.864.053
Créditos de incentivos fiscais (nota 28)	165.104	152.990
Impostos sobre as receitas	(530.281)	(488.874)
Devoluções	(13.207)	(21.916)
	<b><u>2.816.744</u></b>	<b><u>2.506.253</u></b>

### **22 Custos dos produtos vendidos**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Custo dos produtos vendidos	(1.834.642)	(1.808.109)
Custo de mercadoria revendidas	(9.797)	(27.704)
Gastos gerais de fabricação	(264.631)	(228.678)
Ociosidade na produção	(64.375)	(69.727)
Outros	(2.464)	(6.119)
	<b><u>(2.175.909)</u></b>	<b><u>(2.140.337)</u></b>

### **23 Despesas administrativas e vendas**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Despesas de folha de pagamento	(66.458)	(53.926)
Depreciação	(8.486)	(4.021)
Energia elétrica	(1.630)	(4.261)
Impostos e taxas	(2.413)	(6.836)
Provisões	(1.818)	(545)
<i>Impairment</i>	8.785	8.917
Honorários advocatícios	(2.948)	(3.646)
Conservação de ativos	(634)	(1.245)
Despesas de viagens	(639)	(1.565)
Fretes e carretos	(93.892)	(85.457)
Manutenção e reparos	(959)	(7.879)
Consultoria e assessoria	(7.644)	(6.814)
Despesas de seguros	(771)	(1.156)
Licença de uso	(1.050)	(882)
Despesas de importação	(6.914)	(3.502)
Propaganda e publicidade	(451)	(1.650)
Outros	(2.010)	(10.057)
	<b><u>(189.932)</u></b>	<b><u>(184.525)</u></b>

## 24 Outras receitas (despesas) operacionais

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Venda de ativo	1.582	3.303
Perdas com baixa de ativo	(10.866)	(16.393)
Venda de sucata	3.556	3.526
Receita de locação	8.017	8.744
Recuperação de impostos (*)	81.739	382
Indenizações	(1.235)	(27)
Aumento no valor justo de propriedade para investimento (nota 14)	9.325	36.182
Outros	(346)	2.519
	<b>91.772</b>	<b>38.236</b>
	<b>91.772</b>	<b>38.236</b>

(\*) Em agosto de 2020, foi certificado o trânsito em julgado de ação própria Videolar-Innova S.A. do processo nº 5055615-53.2015.4.04.7100, as quais determinam a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS/COFINS, e retroagem aos anos de 2010 à 2015. O efeito desta decisão, foi reconhecido no montante de R\$ 131.257, sendo R\$ 80.342 de principal registrado como recuperação de impostos e R\$ 50.915 de atualização monetária, conforme nota explicativa 25.

## 25 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Receitas financeiras		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	3.954	1.428
Variação monetária (*)	52.078	1.248
Descontos obtidos	483	163
Receita com operações Swap	47.076	22.736
	<b>103.591</b>	<b>25.575</b>
	<b>103.591</b>	<b>25.575</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e outros	(29.791)	(26.818)
Descontos concedidos	(86)	(3.718)
Despesas bancárias	(1.271)	(275)
Despesa com operações Swap	(41.498)	(13.048)
Outras	(6.781)	(9.150)
	<b>(79.427)</b>	<b>(53.009)</b>
	<b>(79.427)</b>	<b>(53.009)</b>
Variações cambiais, líquidas		
Variações cambiais ativas	936.401	262.144
Variação cambial passiva	(1.209.645)	(281.098)
	<b>(273.244)</b>	<b>(18.954)</b>
	<b>(273.244)</b>	<b>(18.954)</b>

(\*) Variação monetária proveniente do processo mencionado na nota explicativa 24.

## 26 Imposto de renda e contribuição social

### a. Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	2019
Créditos sobre prejuízo fiscal	191.063	151.000
Ajuste de avaliação patrimonial	(56.567)	(56.650)
Ágio fiscal produzido por rentabilidade futura	64.657	78.512
Imposto diferido sobre mais valia	(42.958)	(47.302)
Propriedade para Investimento	(26.548)	(23.377)
Depreciação Societária x Fiscal	(32.997)	(21.965)
Créditos sobre diferenças temporárias:		
- créditos sobre provisões	<u>(22.072)</u>	<u>34.056</u>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido</b>	<b><u>74.578</u></b>	<b><u>114.274</u></b>

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição social gerados no Brasil, no valor de R\$ 561.952 (R\$ 444.118 em 31 de dezembro de 2019), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado, na rubrica de “Imposto de renda e Contribuição social diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

Os tributos diferidos gerados por essas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	2020	2019
Variações cambiais líquidas	1.056	66.950
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	730	-
Perdas estimadas para valores recuperáveis de estoques	823	2.935
Ganho estimado de Crédito Tributário	(105.151)	-
Perdas estimadas para Provisão de PLR	19.500	-
Perdas estimadas diversas	9.550	19.209
Provisão para contingências judiciais	<u>8.573</u>	<u>11.071</u>
Total provisões (reversões)	<u>(64.919)</u>	<u>100.165</u>
Alíquota IR e CS - 25% e 9%	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IR/CS sobre diferenças temporárias	<u>(22.072)</u>	<u>34.056</u>

A Companhia, fundamentada nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2020 e aprovados pela Diretoria, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Videolar-Innova estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

<b>Anos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Saldo Total do Prejuízo Fiscal</b>	<b><u>561.952</u></b>	<b><u>444.118</u></b>
Diferido sobre o prejuízo fiscal	191.063	151.000
Alíquota Aplicada de IR e CS - 25% e 9%	34%	34%
<b>Estimativa de Recuperação para os próximos anos</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
2020	-	133.236
2021	128.827	93.265
2022	72.967	65.285
2023	79.874	45.700
2024 a 2029	<u>280.285</u>	<u>106.633</u>
	<b><u>561.952</u></b>	<b><u>444.118</u></b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando-se em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

**b. Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos**

A reconciliação do resultado de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no montante de R\$ 44.124 em 2020 (R\$ 43.356 em 2019) estão demonstradas a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	288.712	162.323
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada</b>	<b><u>(98.162)</u></b>	<b><u>(55.190)</u></b>
Incentivos de Subvenções	56.146	52.047
Movimentação Prejuízo fiscal (*)	82	(1.933)
Diferenças permanentes	115.296	29.907
Diferenças temporárias	<u>(117.486)</u>	<u>(68.187)</u>
<b>Total do IR Corrente e Diferido</b>	<b><u>(44.124)</u></b>	<b><u>(43.356)</u></b>
Alíquota efetiva	15%	27%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(44.124)</u>	<u>(43.356)</u>

(\*) A movimentação do prejuízo fiscal é relativa ao prejuízo fiscal apresentado no exercício.

**c. Impostos de renda e contribuição social a recuperar**

	2020	2019
Imposto de renda	1.347	-
Contribuição social	-	-
	<u>1.347</u>	<u>-</u>

**d. Regime tributário de transição**

A Companhia optou pelo Regime Tributário instituído pela Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas de acordo com os métodos e critérios contábeis definidos pela Legislação.

Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 12.973/14 foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 - Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“EFC”) no ano de 2016.

**27 Informações sobre partes relacionadas**

As partes relacionadas da Companhia são: Matsukawa Holding Co LLP, EMTEC Participações Ltda. e Rimo S.A.

Em 2020, a Companhia manteve transações com a Rimo S.A. as quais se referem a aluguel de imóvel e faturamento para os segmentos de BOPP e Poliestireno GPPS. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem a receber o montante de R\$ 242, da Rimo S.A., a título de faturamento de produtos.

Em Agosto de 2020, a Matsukawa Holding CO LLP adquiriu 74.614 das ações em tesouraria que a Companhia mantinha, sendo 52.990 de ações preferenciais e 21.624 de ações ordinárias.

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 5.000, conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária realizada em 10 de março de 2020.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 3.664 (R\$ 3.028 em 2019).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

## 28 Incentivos fiscais

Incentivo	2020	2019
Benefício fiscal do ICMS na saída de bens intermediários (nota 20)	130.366	122.382
Benefício fiscal do crédito presumido ICMS interestadual ABS (nota 20)	-	359
Benefício do FUNDOPEM/RS (nota 20)	34.738	30.249
	<u>165.104</u>	<u>152.990</u>

## 29 Instrumentos financeiros

### a. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de capital

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### b. Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

#### (i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito está apresentado a seguir:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	65.088	23.481
Contas a Receber	718.650	396.926
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	3.148	2.561
	<b>786.886</b>	<b>422.968</b>

*Caixa e equivalente de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia esteja exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

Com relação à estimativa de perda de crédito esperada, o detalhamento está contido na Nota Explicativa nº 9 - Contas a receber.

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação, portanto podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial:

	<b>Fluxo de caixa contratual</b>					
	<b>Valor contábil</b>	<b>Total</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>2-3 anos</b>	<b>4 anos</b>	<b>Acima de 4 anos</b>
Empréstimos e financiamentos	714.051	738.434	738.434	-	-	-
Fornecedores	492.025	492.025	492.025	-	-	-
	<b>1.206.076</b>	<b>1.230.459</b>	<b>1.230.459</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Não é esperado que os fluxos de caixa apresentados acima sejam antecipados significativamente.

(iii) **Risco de mercado**

a. **Risco com taxa de juros**

A Companhia possui aplicações financeiras remuneradas à variação da taxa de juros CDI. Em 31 de dezembro de 2020, esses ativos somam o valor de R\$ 51.384.

	2020	2019
<i>Instrumento de taxa variável</i>		
Aplicação financeira	51.384	9.053
	<b>51.384</b>	<b>9.053</b>

**Análise de sensibilidade à variação da taxa da CDI**

Para estimar os principais indicadores financeiros destinados à análise de sensibilidade, a Companhia utiliza a pesquisa Focus, organizada pelo Banco Central do Brasil e baseada no levantamento de previsões de instituições financeiras e não financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI/SELIC de 3,00% para o ano de 2021, ante a taxa efetiva de 2,00% verificada no ano de 2020.

	Cenário provável	Cenário I - redução de 25%	Cenário II - redução de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2020	2,00%	1,50%	1%
Aplicações financeiras	51.384	51.384	51.384
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	3,00%	2,25%	1,50%
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução)	514	385	257

	Cenário provável	Cenário I - aumento de 25%	Cenário II - aumento de 50%
Taxa efetiva anual da CDI de 2020	2,00%	2,50%	3,00%
Empréstimo Banco do Brasil	150.128	150.128	150.128
Taxa anual estimada da CDI 12 meses	3,00%	3,75%	4,50%
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução)	1.501	1.877	2.252

**Análise de sensibilidade à variação da taxa Libor EUR**

A Companhia possui passivos financeiros indexados à variação da Libor EUR em 31 de dezembro de 2020. Nestas condições, a Companhia apresentava os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 1.608.

A expectativa da Companhia indicava uma taxa Libor EUR 12 meses estimada em (0,30%) cenário provável para o ano de 2021, ante a taxa efetiva de (0,49%) verificada em 31 de dezembro de 2020.



	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I - aumento de 25%</b>	<b>Cenário II - aumento de 50%</b>
Taxa efetiva anual da Libor EUR de 2020	(0,49%)	(0,37%)	(0,25%)
Empréstimo Bradesco Europa	1.608	1.608	1.608
Taxa anual estimada da Libor EUR 12 meses	<u>(0,30%)</u>	<u>(0,23%)</u>	<u>(0,15%)</u>
<b>Efeito no instrumento financeiro:</b>			
Aumento / (Redução) – EUR	<u>(3)</u>	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>

**b. Risco de taxa de câmbio**

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam ou aumentem valores captados no mercado. Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos:

		<u>2020</u>		<u>2019</u>	
		<b>Valor nominal moeda estrangeira</b>	<b>R\$</b>	<b>Valor nominal moeda estrangeira</b>	<b>R\$</b>
Empréstimo Bradesco	EUR	252	1.608	1.206	5.463
Empréstimo Bradesco	USD	56.901	295.697	20.111	81.049
Debêntures	USD	-	-	16.786	67.646
Empréstimo Citibank	USD	-	-	17.654	71.145
ACC	EUR	-	-	29.052	131.606
ACC	USD	22.234	115.541	-	-
PPE	USD	29.072	151.077	9.652	38.897
Empréstimo Santander	EUR	-	-	1.860	8.428
Empréstimo Santander	USD	-	-	10.502	42.324
Empréstimo Safra	EUR	-	-	1.896	8.419
Fornecedores Estrangeiros	USD	69.846	362.970	97.580	393.247
Fornecedores Estrangeiros	EUR	665	4.240	61	278
Fornecedores Estrangeiros	GBP	5	39	-	-

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

**Transações de Swap CDI x USD.**

A Companhia possui contrato nesta modalidade, cujo valor nocional é de R\$ 265.300 (USD 50.000) com vencimento 29/03/2021, com posição ativa (comprada) em CDI e posição passiva (vendida) em USD. Foi contratada esta operação com o objetivo de transformar a dívida contratada em reais (R\$), indexada ao CDI, em dívida denominada em dólar (USD).

Foi reconhecido no resultado financeiro o ganho de R\$ 5.078 neste tipo de operação, referente ao contrato vigente em 31 de dezembro de 2020.

<b>Vencimento</b>	<b>Ativo (CDI)</b>	<b>Passivo (US\$)</b>	<b>CDI</b>	<b>PTAX USD</b>	<b>Ajuste R\$</b>
29/03/2021	275.342	270.264	1,44%	5,1967	5.078

**Análise de sensibilidade cambial**

A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia considerou os cenários abaixo para

volatilidade do Real na paridade do Dólar e do Euro.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020 de R\$ 5,20 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).

**Risco:** Flutuação do dólar

		<u>Receita (Despesa) com Variação Cambial em R\$</u>			
	Valor de referência US\$	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
<i>Taxa do dólar</i>		<u>3,9000</u>	<u>2,6000</u>	<u>6,5000</u>	<u>7,8000</u>
Empréstimo Bradesco	56.901	73.971	147.942	(73.971)	(147.942)
ACC	22.234	28.904	57.807	(28.904)	(57.807)
PPE	29.072	37.793	75.586	(37.793)	(75.586)
Fornecedores Estrangeiros	71.973	<u>93.565</u>	<u>187.130</u>	<u>(93.565)</u>	<u>(187.130)</u>
Resultado financeiros – receita/ (despesa)		<u><b>234.233</b></u>	<u><b>468.465</b></u>	<u><b>(234.233)</b></u>	<u><b>(468.465)</b></u>

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020 de R\$ 6,38 por EUR \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- **Cenário 1:** (25% de valorização do real);
- **Cenário 2:** (50% de valorização do real);
- **Cenário 3:** (25% de desvalorização do real); e
- **Cenário 4:** (50% de desvalorização do real).

### Risco: Flutuação do euro

		<u>Receita (Despesa) com Variação Cambial em R\$</u>			
	Valor de referência EUR	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
<i>Taxa do euro</i>		<i>4,7850</i>	<i>3,1900</i>	<i>7,9750</i>	<i>9,5700</i>
Empréstimo Bradesco	252	402	804	(402)	(804)
Fornecedores estrangeiros	665	1.061	2.121	(1.061)	(2.121)
Resultado financeiros - receita (despesa)		<u>1.463</u>	<u>2.925</u>	<u>(1.463)</u>	<u>(2.925)</u>

Para as operações cambiais com risco de flutuação do Libra Esterlina, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020 de R\$ 7,10 por GBP \$1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

		<u>Receita (Despesa) com Variação Cambial em R\$</u>			
	Valor de referência GBP	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
<i>Taxa da libra esterlina</i>		<i>5,3250</i>	<i>3,5500</i>	<i>8,8750</i>	<i>10,6500</i>
Fornecedores estrangeiros	5	9	18	(9)	(18)
Resultado financeiros - receita (despesa)		<u>9</u>	<u>18</u>	<u>(9)</u>	<u>(18)</u>

#### (iv) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

A Companhia tem como objetivo a manutenção constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

#### (v) **Risco de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar suas atividades normais, além de manter uma estrutura de capital adequada para oferecer retornos aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

### Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo (“Fair Value”), incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2020:

	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia
		2020	2020	
<i>Ativos financeiros</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	13.704	13.704	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	51.384	51.384	-
	Valor justo por meio do			
Instrumentos financeiros	resultado	5.078	5.078	Nível 2
Contas a receber	Custo amortizado	718.650	718.650	-
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Custo amortizado	3.148	3.148	-
<b>Total</b>		<b>791.964</b>	<b>791.964</b>	
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	714.051	714.051	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	492.025	492.025	-
<b>Total</b>		<b>1.206.076</b>	<b>1.206.076</b>	

Em 31 de dezembro de 2019:

	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia
		2019	2019	
<i>Ativos financeiros</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	14.428	14.428	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	9.053	9.053	-
	Valor justo por meio do			
Instrumentos financeiros	resultado	1.102	1.102	Nível 2
Contas a receber	Custo amortizado	396.926	396.926	-
Outras contas a receber e adiantamento a fornecedores	Custo amortizado	2.561	2.561	-
<b>Total</b>		<b>424.070</b>	<b>424.070</b>	
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	541.459	541.460	-
Debêntures	Outros passivos financeiros	67.646	67.646	Nível 2
Fornecedores	Outros passivos financeiros	447.734	447.734	-
<b>Total</b>		<b>1.056.839</b>	<b>1.056.839</b>	

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar.

A Videolar-Innova usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

#### *Gerenciamento de capital*

Um dos objetivos da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos	714.051	609.105
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(65.088)	(23.481)
<b>Dívida bancária líquida</b>	<b>648.963</b>	<b>585.624</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.196.589</b>	<b>1.872.184</b>
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>2.845.552</b>	<b>2.457.808</b>
<b>Relação patrimônio líquido e dívida bancária líquida</b>	<b>0,30</b>	<b>0,31</b>

## 30 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 2.266.371 para danos materiais e R\$ 508.936 para lucros cessantes. Para riscos nomeados, a cobertura era composta por R\$ 1.130.872 para danos materiais e R\$ 92.894 para lucros cessantes. Para responsabilidade civil geral R\$ 100.000 e para seguro de riscos ambientais R\$ 100.000, para o seguro D&O cobertura de R\$ 80.000. Seguro aeronáuticos - casco & responsabilidade civil facultativa US\$ 159.710, reguro RETA R\$ 156.

Para o seguro de transporte de cargas nacional, a cobertura é de R\$ 3.000 por embarque terrestre e R\$ 20.000 por embarque aéreo e aquaviário. No Transporte internacional importação a cobertura de US\$ 34.000 exclusivamente para monômero de estireno a granel e poliestireno a granel; US\$ 15.000 para as demais mercadorias por veículo/viagem aquaviária; US\$ 5.000 para o transporte aéreo das demais mercadorias ou US\$ 5.000 por veículo/viagem rodoviária. Para seguro de transporte exportação, a cobertura era de US\$ 6.000 exclusivamente para etilbenzeno e estireno e US\$ 1.000 para as demais mercadorias por veículo/ embarcação/ aeronave/ viagem ou acúmulo.

A cobertura para o seguro de vida em grupo dos funcionários tem como múltiplo salarial de 18 vezes, limitados a R\$ 1.566 de cobertura.

## **31 Eventos subsequentes**

### **Alienação de Imóvel**

A diretoria da Companhia aprovou em 12 de janeiro de 2021 a alienação do Imóvel situado na Avenida Açaí, 287, Distrito Industrial I, Manaus/AM, pelo valor nominal de R\$ 24.500, com quitação programada a curtíssimo prazo. Tal imóvel está registrado na rubrica de propriedades para investimento.

\* \* \*

### **Diretoria**

Lírio Albino Parisotto  
**Diretor Presidente**

Reinaldo José Kröger  
**Diretor Vice-Presidente**

Cláudio da Rocha Filho  
**Diretor Comercial & Operações**

Christian Barg  
**Diretor Industrial**

Mario Daud Filho  
**Diretor Jurídico e de Compliance**

### **Conselho de Administração**

Lírio Albino Parisotto

Elie Linetzky Waitzberg

Liz Vanin Parisotto

Raphael David Wojdyslawski

### **Contador**

Marcus Vinícius de Souza  
CRC SP 287.155/O-4